

ANPUH 2013

Título: O Brasil na Monarquia Hispânica: propostas para o entendimento de uma cultura política transatlântica

Resumo: Esta comunicação pretende realizar um balanço acerca dos estudos sobre a cultura política vivida no Brasil durante a vigência da Monarquia Hispânica (1580-1640), no intuito de mapear os diálogos construídos entre a historiografia brasileira e seus interlocutores em diversas partes do mundo acerca do período destacado. O objetivo principal será formular as diretrizes para uma agenda de pesquisas que possa congrega estudos consagrados e novas perspectivas de trabalho, tendo como fundamento as relações entre as partes que formaram a Monarquia Hispânica sob o domínio da coroa Habsburga, em suas múltiplas territorialidades.

O presente projeto foi apresentado e aprovado dentro do Programa Conjunto USAL/USP para financiamento de convênios na sua primeira edição do ano de 2011. O edital pedia a formação de equipes nas duas universidades que operariam intercâmbios, sendo emissoras e receptoras de pesquisadores em ambas universidades. Foram escolhidos quatro projetos, sendo este o único da Área de Humanidades.

Os professores Ana Paula Megiani e Jose Manuel Santos trabalhavam há anos sobre a temática da Monarquia Hispânica e decidiram juntar esforços para essa nova empreitada, passando à efetivação das estadas de pesquisa no Brasil e na Espanha por meio de missões, necessárias para o desenvolvimento da temática, e fazer menos gravosas as estadas dos estudantes de doutorado. Além disso, dentro dos objetivos das duas equipes foi definida a organização de encontros e a publicação dos resultados dos mesmos nas duas universidades. Assim, foram organizadas as reuniões de Salamanca (fevereiro 2012), intitulada *Investigación Brasil en el marco de la Monarquía Hispánica (1580-1640). Nuevas líneas de investigación sobre el periodo y sus consecuencias*, e o encontro da USP em agosto 2012, chamado *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, com a participação de todos os membros dos dois grupos. Cada estadia dos membros de ambas equipes na universidade parceira também deve ser acompanhada de etapas de investigação em arquivos, acervos e bibliotecas, possibilitando avanços nas pesquisas individuais de cada um, relatados nos encontros e que serão o material das publicações.

Antecedentes

Desde as últimas décadas do século XX os estudos acerca do período da União das Coroas Ibéricas (1580-1640) vêm ganhando importantes contribuições que abriram novos caminhos para as investigações que deles decorrem. Uma das principais abordagens sobre o período, referenciada no atual contexto geopolítico mundial, aponta na direção do estudo das conexões entre o Brasil e a coroa espanhola, cabeça da monarquia que reinava em inúmeros territórios descontínuos, desde a América até a China.

A incorporação de Portugal à Monarquia Hispânica em 1580, após a morte do Cardeal D. Henrique, rei de Portugal, deu início a uma etapa de mudanças bastante significativas para a relação entre o que se entendia por Brasil na época e esse novo corpo político-administrativo. Aspectos administrativos, políticos, econômicos e religiosos da até então América portuguesa foram consideravelmente afetados, embora no acordo que deu início à União dos Reinos, o Pacto de Tomar de 1581, estivesse garantida a autonomia de Portugal e suas conquistas em relação à Coroa espanhola.

As dinâmicas que se sucederam a partir desse momento não podem ser explicadas por uma só razão: o desejo de ampliação de poder da Coroa espanhola, na altura ocupada pelo monarca Felipe II de Habsburgo. Inúmeros foram os elementos que concorreram para que se operassem mudanças no território luso-americano, as quais pretendemos investigar na intenção de oferecer contribuições para o estudo dessa época.

Embora tenha sido ampliado o interesse pelo estudo da União Ibérica e da Guerra de Restauração, a maior parte dos trabalhos que tratam do período foi dedicada à questão das invasões holandesas (1624-25 e 1630-54) e à guerra de expulsão, que tem em Evaldo Cabral de Mello o principal nome. Por outro lado, a repartição sul, compreendida pelas capitanias de Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente, recebeu muito menos atenção dos historiadores brasileiros. Sobre essa região as equipes brasileira e espanhola pretendem desenvolver suas pesquisas e reflexões.

Outro aspecto relevante que tem sido cada vez mais destacado pelos historiadores é que o período de sessenta anos não pode ser estudado isoladamente, ou seja, como se a União Ibérica definisse balizas temporais estanques. No ano de 1640 Portugal se declara independente ao aclamar um novo rei – D. João IV de Bragança. Contudo, isso não significa o fim do processo, já que tem início uma guerra que se

prolonga até 1668, ou seja, durante toda a vida do monarca espanhol, Felipe IV de Habsburgo. Durante esses 28 anos podemos afirmar que as atitudes da Coroa portuguesa em relação ao Brasil estavam ainda determinadas pelo processo de unificação das coroas, sendo de absoluta relevância o estudo e entendimento da desmontagem dessa formação também na América.

Devemos ainda considerar que durante os primeiros anos do século XVII criam-se diversas instituições que reforçam a estrutura institucional colonial portuguesa em Lisboa: o Conselho da Fazenda e o Conselho da Índia, criado em 1604 e suprimido em 1614. Em 1603 realizou-se a derrogação das Ordenações Manuelinas, para introduzir as chamadas Ordenações Filipinas, o código jurídico que esteve em vigor por mais tempo no Brasil. O Tribunal da Relação de Bahia foi criado no ano de 1609, durante o reinado de Felipe III, período durante o qual se preparou também a divisão administrativa do Brasil em dois estados: o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão, fato ocorrido em 1621.

A incorporação do território brasileiro supõe, portanto, um importante desafio: aumenta as necessidades defensivas, mas ao mesmo tempo reforça consideravelmente a precária presença da Monarquia Hispânica no Atlântico Sul.

Principais objetivos da proposta

A questão do Brasil no período da União Ibérica segue necessitando da atenção dos historiadores. Apesar do que foi publicado por autores como Roseli Santaella Stella e Rafael Ruiz no Brasil, Joaquim Veríssimo Serrão em Portugal e Rafael Valladares na Espanha, permanecem abertas questões pouco exploradas, como o caso das representações (em sentido amplo, mentais e artísticas) que se produziram sobre o território da América Portuguesa na corte Habsburgo durante o período da União Ibérica e da Restauração.

O principal objetivo deste projeto de colaboração bilateral é proceder a identificação e análise da construção dos vínculos entre o Brasil e a corte espanhola, por meio do estudo dos aparatos burocráticos centrais que atuam sobre o Império, buscando entender as derivações que esta imagem teve na política para a América colonial. O problema deve ser abordado sob um novo enfoque, levando-se em conta que a Monarquia Hispânica, também denominada Monarquia Católica ou Universal a partir da

integração dos territórios portugueses, passa a adotar novos procedimentos administrativos e políticos em relação aos domínios ultramarinos, esforçando-se para integrar em um conjunto com certa coerência, enormes territórios conectados por grandes rotas ultramarinas.

A propósito dos aspectos econômicos dessa relação, no século XVI o Brasil era, ao mesmo tempo as portas e as costas do Peru. De acordo com o sistema de transportes concebido pelos Habsburgo, a prata que saía do porto de El Callao para ser levada ao Panamá, e em seguida, via Cuba, até a Espanha, não deveria passar pelo Brasil, que constituía um terreno a ser evitado. Contudo, com a União Ibérica se passou a considerar este território de forma diferente, passando a se constituir como um imenso escudo de defesa das zonas de maior valor na América do Sul. Por outro lado, podia ser utilizado como caminho de entrada ou saída das minas, fazendo de Santa Catarina o do Rio de Janeiro portos de saída da prata.

Diante dessa constatação, buscamos responder a uma série de perguntas:

- Qual o lugar do Brasil na Monarquia Hispânica, para além da riqueza econômica advinda da produção açucareira e de sua importância estratégica?
- Como a Monarquia Hispânica buscou resolver as especificidades do Brasil, que não possuía uma série de instituições de forte poder representativo da América Espanhola, tais como Vice-reinados, Tribunal do Santo Ofício, Universidades, etc?
- Em que medida se pode afirmar a criação, por parte da Monarquia Hispânica, de uma estrutura administrativa e fiscal que representasse o aumento da eficácia do controle sobre o Brasil e os mercados entre a América e a Península?
- Quais elementos dessa complexa relação, que se dá por meio da cultura política, dos negócios e da missionação, permaneceram após 1640, ao menos até o final da década de 60 do século XVII?

Metodologia

A equipe de pesquisadores brasileiros, formada por dois professores do Departamento de História da Universidade de São Paulo e por duas estudantes de doutorado, vem desenvolvendo suas atividades predominantemente nos seguintes

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

arquivos espanhóis, em cujos acervos podem ser localizados documentos de extrema relevância para as etapas do projeto: Archivo e Biblioteca de la Universidad de Salamanca, Biblioteca Nacional de Madrid – coleção Mascareñas, Real Academia de la Historia de España, Archivo General de Simancas – Valladolid, Archivo General de Indias – Sevilla, Archivo Historico Nacional de Madrid, entre outros. Os membros da equipe espanhola fazem pesquisa nos centros brasileiros, fundamentalmente: Cátedra Jaime Cortesão da USP, Instituto de Estudos Brasileiros, Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, Arquivo do Estado de São Paulo e Arquivo e Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. A primeira etapa do projeto deverá ser concluída em agosto de 2013, sendo possível a realização de uma prorrogação por mais dois anos.